

## **Políticas públicas e o voto: municípios nortistas e as eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2010**

**Marcos Felipe Rodrigues de Sousa**

*Mestrando, Universidade Federal do Pará – UFPA*

**Suziany de Oliveira Portéglio**

*Mestranda, Universidade Federal do Pará – UFPA*

**Gustavo César de Macêdo Ribeiro**

*Doutor, Universidade Federal do Pará – UFPA*

Considerando um conjunto de políticas públicas como variável explicativa em diálogo com a teoria racional e uma perspectiva sociológica do voto, investigaremos se os municípios nortistas com maiores índices de beneficiários de programas sociais foram consecutivos de uma alta votação no partido governista presidencial em 2002 a 2010. Em 2002, no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2006 e 2010, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Para obtenção dos resultados empíricos, empregamos uma análise descritiva ao segundo turno das eleições presidenciais através de dados da pesquisa de Ribeiro (2014), Censo Demográfico de 2010 e do repositório do Tribunal Superior Eleitoral. Faremos o uso de uma tipologia de classes sociais para averiguar o impacto da clivagem voto e classe nestes municípios. Ainda que os resultados não sejam significativos do comportamento eleitoral dos indivíduos, os municípios que mais receberam benefícios de programas sociais apresentaram grandes índices de votos no partido governista do executivo federal. Entretanto, conclui-se que, apenas a definição de um programa social em específico por um caráter clientelístico ou por apenas uma categorização de racionalidade econômica do voto, deslegitima características sociais e históricas dos eleitores, como seu pertencimento à uma determinada classe social. O contexto político e social deste período proporcionou variações nos índices de votos.

Palavras-chave: Comportamento Eleitoral; Teoria Racional do Voto; Políticas Públicas; Eleições Presidenciais; Voto e Classe.

## **INTRODUÇÃO**

A partir da teoria da escolha racional e do individualismo metodológico enquanto proponente na decisão individual, se acredita num comportamento eleitoral maximizador de ganhos em uma relação de custos e benefícios, como afirmado por Downs (1999). Essa teo-

ria apresentaria restrições se considerada pelo viés da formação histórica desses interesses, sendo impactada através de uma conjuntura política e grupos sociais influenciando características atitudinais dos eleitores. Isso ocasionaria uma autonomia limitada no poder individual de decisão, onde as opções dos indivíduos são amparadas pela sua inserção individual em determinados agrupamentos.

Ao analisar a escolha racional individual na tomada de decisão, Roemer (1978) e Przeworski (1988) evidenciam que estas escolhas são cingidas e persuadidas pela estrutura social e por elementos históricos. Nesse sentido, fundamentado por uma crítica ao individualismo metodológico, será ponderado o impacto da conjuntura política e da estrutura dos grupos sociais nos estudos sobre o comportamento eleitoral na Região Norte, nas eleições presidenciais brasileiras entre 2002 a 2010.

Algumas implicações são significativas ao visar que a inclusão de indivíduos em grupos sociais proporciona estipuladas escolhas, principalmente no que tange a teoria da ação coletiva de Olson (2011), onde as ações coletivas são definidas por uma racionalidade individual. Contudo, como pontuado por Przeworski (1988), a restrição dessa ação coletiva permeada pelo individualismo metodológico estaria ao discorrer a sociedade como indivíduos não diferenciados e não relacionados.

Após o Partido dos Trabalhadores (PT) se eleger em 2002 para a presidência e suas consecutivas reeleições, diversos fatores explicativos descrevem a sua permanência no executivo, principalmente no Norte do país. Boa parte do eleitorado preteriu o partido entre os pleitos de 2002 a 2014 e isso é exposto na literatura sob distintas argumentações, seja pelo lulismo, adesão de uma camada de eleitores de baixa escolaridade e renda, regionalização do voto, voto retrospectivo ou pelos benefícios de programas sociais, primordialmente o Programa Bolsa Família (PBF).

Porém, algumas pesquisas afirmaram que o PBF não é inteiramente determinante no comportamento eleitoral na região Norte (COSTA, 2014). Apesar do seu impacto na eleição, observa-se que alguns municípios nortistas que receberam maiores benefícios do programa não necessariamente exerceram uma votação no PT. Nesse sentido, este trabalho busca analisar os municípios nortistas a partir de determinadas classes sociais e pelo viés de análise de políticas públicas com o índice de votação no partido governista. Visando analisar os fatores de influência do voto aos partidos governistas entre 2002 a 2010 através de uma clivagem voto e classe, objetiva-se nesta pesquisa uma das possíveis análises de voto a partidos específicos nesta região pelas classes trabalhadora e destituída.

Para uma tipologia das classes sociais, será utilizado uma classificação para além da renda e com as seguintes variáveis: posse de meios materiais de produção (propriedade de estabelecimento, posse de terras, quantidade de empregados), ativos de qualificação (nível de instrução para ocupação) e autoridade (ocupação na gerência de organizações) nas relações classistas para averiguar as localizações de classe no Norte.

Analiso o impacto do Bolsa Família no Norte utilizando dados secundários do Ministério do Desenvolvimento Social e comparo a destinação de recursos para os municípios com o quantitativo de votos, assim como outras análises de políticas públicas através do banco de dados de Ribeiro (2014) e do Censo Demográfico. Dessa forma, buscamos avaliar esse voto

não apenas por uma perspectiva da teoria econômica racional do voto, mas por um conjunto de fatores que influem no comportamento eleitoral, primordialmente através da sua localização social, fator a ser considerável para uma avaliação do voto.

A tomada de decisão de forma racional não se coloca especificamente para interesses pessoais, mas a partir da melhor escolha entre várias alternativas. Pontuar que o entendimento dentre várias escolhas no comportamento eleitoral se define apenas na lógica de benesses econômicos seria descartar as ações de atores políticos fundamentais para a estratégia eleitoral partidária nas eleições presidenciais. Assim como determinar que apenas uma política pública seria casuística de todo um comportamento eleitoral de uma região suscita uma avaliação arbitrária de todo um conjunto de indivíduos heterogêneos.

Para Souza (2006), a política pública envolveria diversos atores e níveis de decisão, tendo sua restrição não pertinente apenas para participantes formais das ações de atuação em políticas públicas, mas também pela atuação de participantes informais e não se restringindo a regras. A sua forma de elaboração e execução demandam estratégias governamentais visando um retorno eleitoral, entretanto, a realização de uma política pública aplicada em determinada região não necessariamente representa uma garantia de um alto índice de voto. Nesse sentido, dialogando com a teoria racional do voto e por uma perspectiva sociológica, analisamos descritivamente o voto nos municípios nortistas nas eleições citadas.

## TEORIA RACIONAL DO VOTO E A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DO VOTO

Na obra “Uma Teoria Econômica da Democracia”, Anthony Downs explora o que motiva ou como se comportam os partidos e os eleitores através de uma ação racional, estabelecendo a tomada de decisão política por alguns atores, como partidos políticos, cidadãos individuais e grupos de interesses. Alicerçado em seu modelo, Downs expõem o princípio de racionalidade para esses atores e estabelece princípios sobre o conceito de ação racional, a função e decisão do governo e a lógica do voto. Para o autor, a lógica do voto se mantém através de um individualismo metodológico com o objetivo de maximização de bens individuais, assim como a atuação dos partidos diretamente com a obtenção de votos para ganhos eleitorais.

Esse modelo analisa o comportamento dos atores assentados em um governo democrático, estabelecendo condutas dedutivas e não normativas (DOWNS, 1999). Nesse governo democrático se operacionaliza uma racionalidade que se define quanto à processos de ação e esse comportamento racional como referente a fins egoístas. Por meio do conceito de racionalidade, Downs estabelece que a função das eleições seria selecionar um governo e os partidos iriam atuar racionalmente com esses propósitos na garantia de sua vitória eleitoral. É racional para os partidos convencer os eleitores a agirem irracionalmente – no entendimento de ir contrariamente aos seus interesses individuais – e angariar seus objetivos. O objetivo dos partidos coloca-se na racionalidade dos votos nas eleições e reeleições.

Sinteticamente, o objetivo central dos partidos está em conquistar esses controles por meio das eleições e o objetivo de seus membros é o de obtenção de renda, prestígio e poder como resultante desse cargo (DOWNS, 1999, p.50). A atuação dos partidos quanto

a atuações políticas existe pela busca destes objetivos. O interesse pessoal se estabelece nesse modelo da racionalidade. A lógica básica do voto, na escolha individual dos eleitores, firma-se pelo voto do indivíduo naquele partido que lhe trará mais benesses. Esses benefícios decorrem das políticas estabelecidas pelo governo e pelos partidos, benefícios no qual os eleitores se tornam conscientes. Para Downs, um comportamento racional desses eleitores, em que este pese informações completas e sem custos, definiria o voto no partido do governo ou da oposição nesta lógica de maximização e não interrupção de políticas públicas.

Esse modelo é impetrado para uma lógica em que esses atores atuam sob esta racionalidade em um “mundo-modelo”, ignorando avaliações irracionais da política usual que vemos em distintos contextos. O voto em determinado partido por uma perspectiva racional downsiana estaria amparada no seu modelo, sendo incerto que o voto em uma eleição presidencial brasileira estaria dedutivo à interesses econômicos. Por mais que a escolha de um voto através da continuação de um programa social ou pelo anseio de ganhos individuais seja coerente por uma lógica racional, é limitante definir que o voto nas eleições presidenciais brasileiras no período analisado decorreu estritamente por fatores econômicos.

Ainda que não seja o objetivo de Downs (1999, p.54) uma análise descritiva ou normativa, as limitações de seu modelo estão detectáveis quando se pensa feições não racionais e notáveis nas disputas políticas eleitorais do “mundo não teórico”. Esse modelo, parte da ideia dos indivíduos como similares na busca em comum de seus interesses e os partidos atuando para vitórias eleitorais (PRZEWORSKI, 1988). Agregar esses atores e não diferenciá-los faria não conceber as desproporções hierárquicas da sociedade e outros caracteres estruturais que tendem a instigar o comportamento eleitoral e tomadas de decisões. Esse cenário é considerado por Dentzien (1987), Almeida (2007) e Christiano (2010).

As diferenças hierárquicas nas classes sociais brasileiras, por exemplo, influem interesses econômicos distintos, o que poderia ocasionar escolhas diversas por determinado partido ou candidato. Um eleitor inserido em determinada classe social poderia optar por uma escolha eleitoral que lhe trouxesse benesses e um outro eleitor de uma classe diferente para um outro caminho, por mais que ambos apresentem uma perspectiva econômica de ganhos. Por esse viés, as escolhas não partem por uma simples escolha de ganhos, mas sua localização social imputa determinados comportamentos.

Antes de adentrar nessas observações, é pertinente averiguar essa racionalidade na lógica dos indivíduos atuando em decorrência das organizações para atingir seus interesses, como analisado por Olson (2011) em “A lógica da Ação Coletiva”. Para Olson, as organizações atuam na promoção do interesse de seus membros, como nos sindicatos que lutam para os melhores salários e do Estado com os de seus cidadãos. Os membros de tais grupos agiriam por interesses individuais e se agrupariam por esse ganho, sendo a ação coletiva mais competente que uma ação individual avulsa. O tamanho do grupo irá influenciar como este irá agir para atingir seu objetivo e se o custo da obtenção desse bem não for grande o suficiente para atingi-lo (OLSON, 2011). A relação entre interesses individuais e comuns em uma organização na racionalidade dos sujeitos seria explicativo da ação coletiva, como menciona Scheffer (2013), em que a ação coletiva não passa de um somatório de interesses particulares.

A lógica de grupos sociais externos aos indivíduos induzindo no comportamento elei-

toral individual se torna questionável com a assertiva que esses se agrupam em busca de seus interesses individuais. Olson (2011) afirma que a tendência dos indivíduos se consiste em privar-se de ingressar em ações coletivas pela provisão de seus bens se houver um resolutivo custo, com exceção se houver alguma coerção ou incentivo para os membros de um grupo. Realizando uma analogia para o comportamento eleitoral, essa ótica do indivíduo atuando em ações coletivas em uma racionalidade econômica desconsidera outras variáveis quistas pela teoria sociológica do voto, como a identidade desses grupos ou as clivagens sociais, como as descritas nos estudos de Seymour Lipset e Stein Rokkan (1992).

As limitações dos modelos racionais para o comportamento individual se perpetuam nesta dicotomia entre a atuação macro-social interferindo nas atitudes micro-individuais. Algumas dessas limitações, como a não avaliação das relações e disputas entre os grupos sociais ou a indistinção dos indivíduos, podem ser contestadas em certos enfoques, como funcionalistas ou estruturalistas. A preferência entre o individualismo metodológico ou sócio-estrutural na definição do voto não deve excluir uma ou outra teoria, mas dialogar entre seus pontos positivos e negativos para os diferentes contextos e eleições.

## **LIMITES DA LÓGICA RACIONAL E AÇÃO COLETIVA PARA UMA ANÁLISE DO VOTO**

Restrições da lógica racional são apresentadas na literatura, seja na crítica direta ao conceito de racionalidade dos indivíduos guiando suas ações, como em Baert (1997, p.11), ao delegar que: “parece não fazer sentido afirmar que as práticas das pessoas são de forma geral racionais, no sentido da otimização ajustada ao ambiente. A visão de que existe uma, e apenas uma forma racional de agir é enganosa”. Ferejohn e Pasquino (2001) sobre o conceito de racionalidade na ciência política, em que mesmo afirmando que as evidências se desviam do previsto na teoria da escolha racional, as pessoas se aproximam daquilo que a racionalidade ideal proporciona.

Segundo Scheefer (2013, p.39), ao realizar um parecer sobre a racionalidade, é insensato não proceder também com reflexões sociológicas, onde a utilização de uma racionalidade por outro âmbito é como tratar o individualismo em uma explicação reducionista e impraticável, ainda que apresente importantes elementos. Seria mais adequado abordar essas ações atitudinais como “ação intencional, mais ou menos egoísta, menos ou mais influenciada por fatores externos, conjuntamente racional e ideológica” (SCHEEFER, 2013, p.39).

O voto nortista nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2010, nesse sentido, podem acarretar ações mais ou menos propícias a serem influenciadas pelas políticas públicas. Um conjunto de políticas públicas impactaram de certa forma o comportamento eleitoral do Norte, entretanto, afirmar que apenas o Programa Bolsa-Família ou determinadas políticas públicas substanciaram uma vitória eleitoral de um partido específico, como o PT, através de uma perspectiva racional do voto seria incongruente, nessa lógica desenvolvida acima.

Em um artigo sobre a eleição presidencial de 2006, Almeida (2007) questiona a racionalidade como cativa no comportamento eleitoral. Este sujeita que o comportamento político

é melhor compreendido como comportamento social, não sendo pertinente utilizar uma única existência lógica para as escolhas comportamentais. O autor expõe alguns argumentos utilizados na discussão sobre a racionalidade na ciência política, como o de Castro (2002), que também ratifica a falha da explicação racional na avaliação dos indivíduos sem os associar a sujeições sociais.

Na classificação de Castro (2002), pode-se considerar uma crítica teórica marxista e não-marxista para a teoria racional, onde a marxista se exerce por questões econômicas envolvendo classes sociais e a não-marxista na maioria dos casos sendo norteadas por preposições funcionalistas, seja por fatores culturais e de normas sociais. Para Przeworski (1988), os escopos da escolha racional enquanto condicionamento de indivíduos imutáveis e dissociados são insustentáveis. Ao estender-se uma “crítica marxista”, é primordial situar o entendimento de “marxismo” ao que será discorrido enquanto o conceito de Przeworski (1988, p.1), onde o marxismo estaria à “uma análise das consequências das formas de propriedade para os processos históricos [...] uma teoria da história [...] da reprodução e transformação das relações sociais de acordo com leis”.

Nesse aspecto, as relações individuais caberiam na conjectura histórica desses processos, sendo suas escolhas geridas pelas relações sociais entre os grupos. O comportamento individual então incita-se pela forma destes artificios. O obstáculo metodológico seria analisar de que maneira os indivíduos inseridos nessas relações teriam suas escolhas pré-determinadas ou se ainda enquanto pertencentes a grupos optariam por um caminho X ou Y com base em uma racionalidade pragmática e maximizadora de bens individuais.

A partir deste escopo, podemos analisar as eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2010. Essas escolhas, a partir desse segmento, significariam preferências não universais e estáveis à condições históricas, ou seja, a depender do período. As escolhas racionais por uma escolha autônoma dos indivíduos não seriam possíveis, pois, os objetivos e as ações disponíveis desses indivíduos dependem da organização do sistema de produção e troca (PRZEWORSKI, 1988, p.3).

Nessas colocações, podemos admitir que os interesses divergentes dos grupos sociais e a inserção dos indivíduos nesses grupos os condiciona para preferências específicas, não sendo uma escolha delimitada por si, mas pela conjuntura de relações que o envolve. Ao relacionarmos essa escolha individual através de um modo de produção e troca ao voto, seria taxativo e apressado deliberar que um eleitor pertencente à um grupo seleciona alguns partidos ou candidatos generalizadamente.

O que está sendo refletido é que as escolhas individuais enquanto propícias de consecuições históricas tendem a ofertar específicas possibilidades à grupos distintos. Como estar inserido em localização de classes destituídas nas eleições presidenciais brasileiras no período analisado proporcionaram um voto específico. Erroneamente, ocorreria elevar essa afirmação enquanto categoria universal e casuística para um comportamento eleitoral como um todo. Essas preposições são categóricas para ponderação de entraves da escolha racional enquanto individualismo metodológico.

Esse individualismo metodológico se restringe quando se afirma que o comportamento dos indivíduos se permeia então por categorias históricas e pela estrutura social, seja

por classes ou pelo o Estado. Embora possam atuar por objetivos “racionais”, essas pressuposições individuais seriam moldadas pela sociedade e pela sua inclusão em um grupo, e nesses grupos enquanto relações antagônicas. Se realizarmos uma associação ao comportamento eleitoral, esses intentos surgem enquanto relação de seus lugares ocupados na sociedade e de forma cambiável. Não seria pertinente avaliar que os votos ocorreram de maneira homogênea entre aqueles pertencentes à determinado grupo social, onde “as pessoas podem votar por posições diversas, seja por lealdade de classe, as vezes como católicas ou mulheres e também por um cálculo de proveitos” (PRZEWORSKI, 1988, p.3).

Se ressalta que, para Przeworski (1988), os indivíduos de alguma maneira podem tomar atitudes racionais, mas enquanto pertencentes a categorias formadas historicamente. Essas colocações dialogam e se contrapõe com o modelo downsiano da racionalidade econômica, apesar desse autor ter preterido que seu modelo é aplicável enquanto um modelo para precisas características. A lógica desses grupos enquanto condutora nos indivíduos pode ser questionável na lógica de ação coletiva de Olson, em que os indivíduos só participam de ações coletivas se estas estiverem lhe garantindo benefícios individuais.

Para Lazzaretti (2014), as ações coletivas dos grupos sociais estão alicerçadas em relações de poder, tendo esses grupos como um ator político, mas não apenas em busca de interesses econômicos e individuais nas estratégias das ações coletivas, e sim, em outros valores para além dos pragmáticos. O paradigma está em se os agrupamentos sociais representam os interesses atuando de forma coletiva ou se essa ação coletiva é perpetuada por interesses individuais. Se cogitarmos esses agrupamentos enquanto classes sociais, compõe-se uma crítica de Olson (2011) à esse caráter de classe enquanto ação coletiva, ao que problematiza se os interesses dessas classes enquanto grupos seriam o interesse de seus membros como um todo.

Na teoria da ação coletiva Olsiana, os indivíduos buscariam seus interesses em ações coletivas apenas se os benefícios excedessem os custos para alcançá-lo e que os incentivos sejam suficiente para que este não atue como uma “carona” na lógica de ação de outros membros do grupo. A crítica de Olson à Marx sobre as classes agindo coletivamente por fins econômicos não se dá consecutivamente à uma ação de classe, mas em designar as ações individuais e os interesses das coletividades como não sendo os interesses de todos os indivíduos que compõem os grupos, como explicitado por Barbalet (1992, p.451).

Para Barbalet (1992), os requisitos para uma ação coletiva em interesses econômicos não é contraditório em uma abordagem marxista dos grupos, ao contrário, é pertinente com um aspecto marxista convencional da classe. Isso decorreria ao considerar que “alguma forma de incentivo social fornece uma base complementar à motivação para lutar por bens coletivos, além dos interesses comuns dos membros individuais da classe” (BARBALET, 1992, p.452). A atuação desse grupo enquanto classe requer outro aspecto para além do individual, como processos políticos organizados e do reconhecimento de uma classe em si.

Porém, para Barbalet (1999), os indivíduos estão imersos num conjunto de identidades coletivas, em que a escolha feita pelos atores racionais não é simplesmente pela participação ou não da ação coletiva, mas uma escolha entre diferentes tipos de ação coletiva. As suas inserções sociais atuariam como restrições à quais ações estes possuem. Algo pertinen-

te se aplicado para o comportamento individual nas eleições presidenciais brasileiras, em que um eleitor pode agir enquanto pertencente à distintas clivagens sociais.

Para Roemer (1978), ao analisar a ação coletiva e os fatores da organização dos trabalhadores no sucesso dos sindicatos, por exemplo, não seria resultado de custos coercitivos, mas dos trabalhadores descartarem ações individuais e se exaurirem na inserção coletiva: “[...] mas o que na psicologia dos proletários individuais os leva a aderir àquela organização? É precisamente sua visão do mundo, que não é uma questão de restrição, mas de sobrevivência e de sua experiência social [...]” (ROEMER, 1978, p.154).

Dessa maneira, o voto de uma determinada camada no norte do país nas eleições presidenciais analisadas quando relacionado à um conjunto de políticas públicas não se dá apenas por uma lógica clientelística ou na busca de um simples e pueril ganho econômico, mas a sua condição social histórica o imputa a determinada escolha. O que se assinala desde os autores citados são duas referências metodológicas dessemelhantes que interferem na tomada de decisões, seja a lógica racional econômica ou por uma teoria social e histórica interferindo nessas escolhas. Essas teorias, ao serem aplicadas para um comportamento eleitoral, servem como noções imprescindíveis para conduzir uma análise empírica das eleições – conquanto, neste trabalho, o foco tenha sido uma análise descritiva sem uma inferência entre essas variáveis.

## VOTO NO NORTE, VOTO DE CLASSE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao afirmar que os grupos sociais receptores de políticas de distribuição de renda ou de contato direto com políticas públicas tendem a intervir no processo de decisão individual dos eleitores, não se vincula que toda uma classe ou grupo social irá realizar um voto de modo vulgarizado à um candidato ou partido específico. A inserção individual dos eleitores em alguns grupos pode ocasionar um demarcado comportamento eleitoral, sejam esses grupos enquanto uma classe social ou agrupamentos culturais, identitários, etc. O modelo metodológico dessas assertivas é melhor percebido ao visualizar essas teorias como aplicáveis ao “mundo-real” e não a um “mundo-modelo”, como em Downs (1999). É pertinente atribuir essas teorias como orientações à abordagens específicas e não como categorias universais para todas eleições.

Ao analisar o individualismo metodológico e o comportamento eleitoral, Almeida (2007) estabelece alguns elementos. Em suas apurações sobre as eleições presidenciais de 2006 e o comportamento político eleitoral, Almeida (2007, p.20) desenvolve sua crítica à racionalidade pragmática em que classifica que o voto é melhor compreendido a representações sociais. Para esse autor, o individualismo metodológico é tangido por atuações sociais e históricas, pressuposto que considero relevante para uma análise do comportamento eleitoral nortista, em que a conjuntura política em determinado momento histórico orienta o comportamento político.

Se relacionarmos essas prerrogativas para a temática do comportamento eleitoral por uma influência de classe, devemos conceituar o significado de classe e a forma que ela irá interferir em um comportamento individual. Ferraz (2009) denota que na literatura o voto



de classe se expressou da seguinte forma: como expressão de interesses materiais, como resultado de uma socialização e pertencimento à grupos sociais e em termos temporais e causais. Duas assertivas são necessárias para um debate entre classe e voto, no qual é indispensável um uso apropriado de um conceito de classe e um conceito entre voto e classe.

Para o conceito de classe em um tratamento marxista, é notável avaliar, como elaborado em Wright (1985): “Marx nunca definiu sistematicamente e elaborou o conceito de classe, apesar da centralidade do conceito em seu trabalho” (WRIGHT, 1985, p.6). A constatar os votos e as classes sociais nas eleições presidenciais brasileiras, Ribeiro (2014) utilizou o conceito de classe em Wright, em que o define como um fenômeno relacional, onde a hierarquia de indivíduos se classificaria pelas relações de propriedades que geram exploração, a posse de habilidades ou expertise e a autoridade na esfera de produção (RIBEIRO, 2014).

Para Evans (2000), o voto de classe estaria em uma tendência dos eleitores de uma determinada classe a preferir votar em um partido específico ou candidato em comparação com eleitores de outras classes, sendo a votação de classe caracterizada como um padrão de associação entre classes sociais e o voto. Em Ribeiro (2014), a composição classista se projeta em extensões que sugerem a posse de meios materiais de produção, ativos de qualificação e autoridade dentro dessas relações de classes. Este verificou as localizações de classes para além da renda econômica, pois, algumas localizações de classes demonstram rendas similares, mas ocupam posições distintas nas três últimas extensões citadas.

Ribeiro (2014) usou uma tipologia de classes a partir dos trabalhos de Wright (2000) e Santos (2010), em que situam as localizações de classes, como: Localizações Privilegiadas; Controladores de Ativos Menores; Classe Trabalhadora Ampliada; Posições de Classe Destituídas. Essa tipologia de classe foi pertinente para compreensão de um definido contexto eleitoral. Dessa forma, estabeleço a necessidade da adoção de uma metodologia que seja conexa para uma análise entre voto e classe. As localizações de classe nessas produções demandaram uma conceituação a partir de princípios marxistas aplicados em eleições contemporâneas.

O significado do voto de classe reside em como o eleitor inserido nestas localizações de classe é levado a votar à um partido em especial ou pela forma que indivíduos receptores de políticas públicas estão designados a optar por determinado partido a partir de sua localização de classe. Ribeiro (2014) analisa os votos de dois partidos brasileiros nas eleições presidenciais brasileiras de 2002 a 2010 e reconhece que houve uma associação e predileção de voto dos eleitores inseridos em classes destituídas e privilegiadas divergentemente à estes partidos. Onde os eleitores da classe destituída optaram pelo Partido dos Trabalhadores e a classe privilegiada pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

Porém, não seria uma classe que estabeleceria um voto como um todo, pois não é ela que vota, mas essa localização individual dos eleitores nestes grupos premeditando um padrão de voto. A partir da construção da tipologia de classes sociais no Brasil em Ribeiro (2014) baseada e adaptada através de Wright (2000) e Santos (2010), mensuro se as diferentes localizações de classes nos municípios nortistas que mais e menos receberam benefícios de programas sociais no período de 2002 à 2010 apresentaram comportamentos eleitorais variados. Ainda que este trabalho situe apenas descritivamente estes dados, é categórico notar que os municípios que apresentam maiores quantitativos de indivíduos beneficiários de

programas sociais exibem um voto à um partido específico. As pesquisas no comportamento eleitoral utilizando um método não individualista ou uma racionalidade econômica downsiana e uma lógica da ação coletiva de Olson expressam ser corrosivas ao ponderar as decisões do voto por influências sociais e históricas.

Dessa forma, para mensurar as localizações de classes sociais no Brasil, utilizo a tipologia de posições dentro das relações de classes sociais a partir de Wright (2015), Santos (2005) e de Ribeiro (2014), em que este último sintetiza em: classes privilegiadas (Capitalista e Fazendeiro, Pequeno Empregador, Autônomo, Autônomo Agrícola, Especialista Autônomo, Gerente e Especialista), trabalhadores ampliados (Empregado Qualificado, Supervisor e Trabalhador) e destituídos (Trabalhador Elementar, Autônomo Precário, Autônomo Agrícola Precário, Empregado Doméstico, Trabalhador de Subsistência e Excedente).

A tabulação de classe para esta tipologia se baseia nos dados de Ribeiro (2014), Censo Demográfico de 2010 e do CEM (2013), sendo utilizadas as variáveis: posse de meios materiais de produção (propriedade de estabelecimento, posse de terras, quantidade de empregados); ativos de qualificação (nível de instrução para ocupação); autoridade (ocupação na gerência de organizações). Para análise das posições de classes, priorizo os dados do Censo Demográfico por ser específico à uma realidade municipal. Para o quantitativo de votos, utilizamos os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir do banco de dados de Ribeiro (2014), analisamos os municípios que receberam maiores ou menores benefícios de programas sociais de 2002 a 2010. Ao analisarmos o Programa Bolsa Família para a Região Norte, utilizamos dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para descrição da destinação de recursos do Programa Bolsa Família nos anos de 2006 a 2014. Utilizamos esse banco de dados para analisar se apenas a destinação de um determinado programa social foi facultativa de uma vitória eleitoral de um partido na região.

Ao uso desses bancos de dados, agrupamos os municípios em clusters, onde na tabela 2 o primeiro cluster estabelece os municípios nortista em que menos situam beneficiários de programas sociais, sendo em 2002 contabilizado o recebimento de rendimentos do programa de Renda Mínima federal, do Bolsa Escola, Seguro-Desemprego e outros programas de menor amplitude. Nos anos posteriores, há o acréscimo do Bolsa-Família, como visto em Ribeiro (2014). Especificamente, a estimativa de beneficiários de programas sociais como um todo. O último cluster denota os municípios que mais dispõe beneficiários.

Na tabela 2 também se localiza o valor total de indivíduos situados nas classes privilegiadas, trabalhadora e destituída agrupados por estes clusters citados. Além desses índices, encontra-se o percentual de votos do PT e do PSDB nestes clusters. Priorizamos esses dois partidos e o segundo turno de 2002 a 2010 nos municípios nortistas por ambos os partidos concentrarem a disputa eleitoral presidencial nestes anos analisados. Na última tabela analisada, os clusters estão ordenados a partir do total de indivíduos da classe destituída nos municípios do Norte. O primeiro cluster comporta os municípios com menores índices de indivíduos pertencentes à classe destituída e o quarto cluster os municípios com maiores índices destes. A partir desses clusters, se dispõe a soma do total de cada classe agrupadas nos municípios. Nessa tabela é observado o percentual de votos do PT e do PSDB no segundo turno de 2002 a 2010 nesses municípios por clusters.

## **Análise dos resultados dos votos nortistas, políticas públicas e classes sociais**

Tabela 1 – Quantitativo de Votos do 2º Turno nas Eleições de 2002 a 2014 e Valores referentes ao Programa Bolsa-Família de 2006 a 2014 no Norte do Brasil

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS - 2º TURNO						
ESTADOS	2006		2010		2014	
	PT	PSDB	PT	PSDB	PT	PSDB
AC	<b>151.584</b>	137.911	96.969	<b>222.766</b>	138.922	<b>243.530</b>
AM	<b>1.159.709</b>	176.338	<b>1.141.607</b>	275.333	<b>1.033.090</b>	555.810
AP	<b>191.698</b>	80.601	<b>198.644</b>	118.360	<b>227.414</b>	142.664
PA	<b>1.840.154</b>	1.220.564	<b>1.791.443</b>	1.576.154	<b>2.103.829</b>	1.560.470
RO	<b>397.327</b>	320.806	347.138	<b>385.735</b>	364.055	<b>442.349</b>
RR	66.932	<b>106.890</b>	71.280	<b>141.896</b>	97.329	<b>139.477</b>
TO	<b>447.849</b>	189.491	<b>391.279</b>	273.306	<b>428.662</b>	291.848
PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA						
ESTADOS	VALOR TOTAL REPASSADO			FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS		
	2006	2010	2014	2006	2010	2014
AC	38.578.165.00	77.746.624.00	211.937.759.00	53.404	59.779	78.561
AM	153.300.149.00	363.029.883.00	838.659.333.00	204.075	278.893	358.516
AP	14.875.734.00	60.244.984.00	125.823.850.00	26.244	44.096	55.527
PA	370.230.625.00	860.577.255.00	1.896.916.071.00	506.444	680.804	887.426
RO	64.203.055.00	134.018.952.00	209.862.805.00	94.953	114.112	114.170
RR	21.979.343.00	54.983.920.00	102.887.180.00	31.850	42.213	48.104
TO	70.655.870.00	144.195.247.00	281.369.311.00	106.537	128.432	139.295

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do repositório do Tribunal Superior Eleitoral e do Ministério do Desenvolvimento Social.

A destinação de recursos do Programa Bolsa-Família não representa necessariamente um retorno do voto eleitoral, como se nota no alto índice de valores repassados e famílias beneficiárias deste programa nos Estados do Acre, Rondônia e Roraima. Nestes Estados o PT não obteve vitória eleitoral em Roraima, no ano de 2006, e no Acre e Rondônia, em 2010 e 2014. Posto que, essa breve descrição não seja caracterizada como resultante do voto individual dos eleitores e famílias beneficiadas, entretanto, se observa que apenas o grande repasse de valores não representa uma garantia de vitória eleitoral petista.

Costa (2009) afirma que, em 2006, Lula conquistou no Norte um índice de quase 5% a mais do que a média eleitoral brasileira. Ao considerar esses índices com o Bolsa Família, o autor conclui que apesar disso ser observado nos menores municípios da região, as cidades que receberam maiores benefícios do programa não necessariamente explicam uma votação nesse candidato, apesar de que se considere um positivo impacto do programa na votação à Lula. A constatação feita por Costa (2009) mostra que o número de beneficiados do Programa Bolsa-Família no Norte pode ser comparado com uma progressão do número do eleitorado petista. Todavia, seus resultados expõem uma assimetria entre alguns Estados em alguns períodos eleitorais.

Uma análise focada nos efeitos desse programa de transferência de renda na região sem se considerar outras indutivas, estabelece números imprecisos. O Programa Bolsa-Família foi um influente no comportamento eleitoral em alguns Estados nortistas, mas não foi uma determinante do voto em todos os municípios. Nesse sentido, afirmar que apenas uma política pública em uma região possa estar associado como garantia de uma vitória eleitoral de um partido, neste caso o PT, é algo à ser reconsiderado, primordialmente pela heterogeneidade entre os municípios, sendo necessário avaliar conjuntamente outras variáveis e por um outro lócus de análise.

Por uma perspectiva da teoria econômica racional, independentemente que seja num contexto político distinto ao do modelo, os eleitores de um município com alto índice de beneficiários de uma política pública não necessariamente optam pelo partido que lhe concede um benefício específico, mas outras ações políticas se envolvem diante desses atores. Na abordagem desse voto para um voto de classe, segundo Ribeiro(2014), a partir da estrutura de classes sociais no Brasil, o voto a um candidato defensor de medidas redistributivas pode ser identificada como constituída por um “componente de classe”, não obstante, isso deve ser analisado em como o voto com um conteúdo de classe parte por uma ação consciente e intencional (RIBEIRO, 2014, p.150). Sendo assim, uma análise desse voto por uma perspectiva sociológica e de um voto de classe é uma prerrogativa de análise que propõe um outro foco para além do voto meramente econômico racional.

Tabela 2 – Clusters de Municípios por beneficiários de Programas Sociais e o percentual de votos de PT e PSDB no 2º turno nas eleições de 2002, 2006 e 2010

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2º TURNO (2002/2006/2010)					
2002					
CLUSTERS	PRIV (TOTAL)	TRAB. (TOTAL)	DEST (TOTAL)	PT PERC	PSDB PERC
1	676.483	1.064.499	1.148.622	47,44	52,56
2	188.539	251.183	451.244	43,38	56,62
3	128.579	143.414	367.242	37,24	62,76
4	81.204	93.714	261.059	38,4	61,6
2006					
CLUSTERS	PRIV. (TOTAL)	TRAB. (TOTAL)	DEST. (TOTAL)	PT PERC	PSDB PERC
1	711.540	1.271.215	1.257.132	55,64	44,36
2	172.550	300.052	533.089	52,12	47,88
3	110.093	173.007	440.160	59,65	40,35
4	69.070	111.060	299.547	60,87	39,13
2010					
CLUSTERS	PRIV (TOTAL)	TRAB (TOTAL)	DEST (TOTAL)	PT PERC	PSDB PERC
1	754.261	1.516.223	1.386.242	44,69	55,31
2	161.694	358.385	631.409	49,34	50,66
3	96.630	209.254	529.011	58,29	41,71
4	60.475	131.882	345.709	61,78	38,22

Fonte: Elaborado a partir de dados de Ribeiro (2014), base de dados do CEM (2013) e do repositório de dados eleitorais do TSE (2002/2006/2010).

Na Tabela 2, se considera que o cluster que localiza os municípios com maiores beneficiários de programas sociais tenderam a votar no governo da “situação”, em 2002 no PSDB, e em 2006 e 2010 no PT, sendo o cluster 1 o que situa os municípios que menos receberam benefícios de programas sociais. Há uma variação entre o partido que recebeu mais votos nos clusters 1 no decorrer dos anos. Nesse último cluster citado, o PT conseguiu ter a maior quantidade de votos apenas no ano de 2006. No cluster 4, nota-se um considerável aumento do percentual de votos do PT, ao que obteve 60,87 em 2006, bem distinto do 38,40 de 2002. É possível afirmar que apenas a transferência de valores do Programa Bolsa-Família não necessariamente foi um fator determinante nestes municípios, e sim, que os municípios em que apresentam maiores favorecidos por programas sociais penderam ao partido do governo presidencial.

Por uma ótica econômica racional, os municípios com um alto índice de classes destituídas e dependentes de políticas públicas na sua maioria tenderiam em optar por aqueles que mantivessem seus benefícios. Entretanto, ponderar que essas escolhas se firmaram apenas por um conjunto de políticas públicas também estaria a desconsiderar outras variáveis, como a estratégia de campanha dos partidos, a simpatia dos eleitores com um determinado candidato, as atuações dos partidos nos municípios, dentre outros fatores. É taxativo afirmar que eleitores não estiveram estimulados à manter suas escolhas pelo anseio de manutenção ou transformação de suas condições sociais, mas as escolhas políticas estariam dadas a partir de sua própria localização social, onde estar em uma localização social o influenciou a optar por determinado partido. Diante disso, uma análise por uma teoria sociológica do voto posiciona que mesmo que ocorra um interesse econômico nesse voto, a localização social desse eleitor tem um impacto na forma de decisão política.

Tabela 3 – Clusters de Municípios do Norte a partir do total de Classe Destituída e o percentual de votos no 2º turno nas eleições de 2002, 2006 e 2010

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL 2º TURNO (2002/2006/2010)					
2002					
CLUSTERS	PRIV (total)	TRAB (total)	DEST (total)	PT_PERC	PSDB_PERC
1	24.313	31.259	70.761	40,9	59,1
2	70.538	72.437	180.633	39,31	60,69
3	140.925	144.020	353.962	39,35	60,65
4	839.029	1.305.095	1.622.811	45,89	54,11
2006					
CLUSTERS	PRIV (total)	TRAB (total)	DEST (total)	PT_PERC	PSDB_PERC
1	20.695	36.712	80.429	55,96	44,04
2	63.414	90.545	209.260	53,16	46,84
3	126.854	184.005	424.460	55,49	44,51
4	852.289	1.544.071	1.815.779	56,46	43,54
2010					
CLUSTERS	PRIV (total)	TRAB (total)	DEST (total)	PT_PERC	PSDB_PERC
1	19.424	45.275	88.652	56,7	43,3
2	58.704	115.499	242.949	52,46	47,54
3	113.741	229.319	510.033	56,07	43,93
4	881.191	1.825.651	2.050.737	47,36	52,64

Fonte: Elaborado a partir de dados de Ribeiro (2014), base de dados do CEM (2013) e do repositório de dados eleitorais do TSE (2002/2006/2010).

Na tabela 3, estima-se que os municípios agrupados com maiores somas de índices da classe destituída proporcionaram uma progressão no percentual de votos ao PT. Se no ano de 2002 o cluster 4 pontuou 45,89 percentuais de votos no PT, nas eleições posteriores há um considerável aumento ao voto petista, especificamente 56,46 em 2006. De acordo com a tabela 2, isso explica-se pela tendência dos beneficiários de programas sociais optarem pelo partido governista, porém, seria limitante atribuir apenas à essa variável.

Nesta tabela 3, é pertinente notar uma certa analogia a um realinhamento da base eleitoral petista (SINGER, 2012), em que ocorre um aumento do percentual de votos no PT nos clusters com maiores índices de classe destituída. Ainda que tenha ocorrido essa progressão de votos ao PT nos clusters que mais contem indivíduos da classe destituída, no ano de 2010, os índices do PT decaíram, obtendo 47,36 e 52,64 ao partido em competição ao PT, o PSDB. Isto é, apesar de ter ocorrido uma progressão ao voto PT, os municípios nortistas com maiores índices de classes destituídas não mantiveram o seu voto entre aquele partido que historicamente fora identificado com essa camada de classe e tangeu importantes políticas públicas para essa classe social.

Com estes dados, é propício afirmar que apenas programas sociais não explicam inteiramente o comportamento eleitoral no Norte em todas as eleições, mas os municípios com maiores índices de beneficiários de programas sociais tenderam a votar no partido do governo em alguns anos. As localizações de classes nos municípios decorreram mudanças significativas na base eleitoral do PT, como visto na tabela 3. Embora, o uso descritivo desses dados não estabeleça que os indivíduos inseridos nessas classes necessariamente optaram por esse partido, pois isso decorreria à um problema de falácia ecológica, ao dizer que todos os eleitores dessas classes ou como beneficiários de programas sociais votaram no PT ou no PSDB. A análise descritiva desses dados estabelece que a localização de classe social denotou um determinado voto, considerando as variações nos anos subsequentes, mas assim como na tabela 2, outras clivagens sociais possam estar atreladas a este comportamento. Não sendo, de fato, uma hipótese a ser descartada, principalmente ao se ponderar uma teoria sociológica do voto em debate com a teoria econômica racional.

## CONCLUSÃO

O individualismo metodológico e a racionalidade agindo de forma coletiva, como visto nas teorias de Downs (1999) e Olson (2011), são pertinentes enquanto aplicáveis aos seus modelos teóricos, todavia, ao ser considerado para um contexto da sociedade como consequência de suas características, conflitos, economia, cultura e outras formas que lhe concedem enquanto ser, grupo e identidade, torna-se limitado. A teoria econômica racional não pode ser explicativa de um comportamento geral, assim como a complexidade das relações sociais não se pautam especificamente para uma determinação coercitiva à todas as ações dos indivíduos, mesmo que, estes se restrinjam a seu lugar de ocupação social.

Utilizando métodos ao que se poderia considerar como uma teoria sociológica ao comportamento eleitoral, algumas mensurações estimam resolver essas limitações encon-

tradas na teoria racional do voto. Apesar das breves colocações neste artigo estarem aprofundadas em discussões teóricas, as conceituações norteiam para futuros trabalhos do comportamento eleitoral e estudos subsequentes. Entretanto, se necessita uma aplicação adequada quanto à forma metodológica de aferir essa hipótese empiricamente. Neste artigo considero a discussão voltada para as escolhas individuais ou pautadas coletivamente, assim como já realizada em análises anteriores.

Reputo o que coloquei enquanto limitações de modelos clássicos de escolhas atitudinais na ciência política distante de taxar uma teoria como desvalorizada – principalmente por ter elaborado aqui de forma sucinta importantes conceitos desta área – mas indico precisamente que uma investigação do comportamento eleitoral a partir de outros marcadores para além do racionalismo individual se demonstram como uma sólida prescrição metodológica ao campo do comportamento eleitoral. As localizações individuais dos eleitores em classes os condiciona à tomar certas escolhas, racionais ou não, como decorrência das possibilidades disponíveis para suas decisões.

Contudo, generalizar que toda uma classe irá optar a um partido como um todo por interesses econômicos é incoerente com o que estipulamos. O que definimos se firma para os eleitores enquanto membros de classes ou outros grupos sociais que lhe traçam identidade podendo ocasionar um certo comportamento em específicas eleições. Estabelecer que irá ocorrer um comportamento similar em eleições de anos diversos ou de eleições aos cargos legislativos e executivos identicamente seria não considerar as transformações históricas e sociais que a sociedade perpassa.

Ser beneficiário de um determinado programa social não gera um efeito instantâneo ao optar por um partido específico, ainda que, os municípios que possuem o maior quantitativo de beneficiários de programas sociais emplacaram como os municípios em que os partidos do governo obtiveram mais votos. Ao se analisar o quantitativo de repasse de um programa específico, como no caso o Programa Bolsa Família, podemos notar que apenas o repasse de investimento não caracteriza que esse município irá destinar o seu voto em demasia para o partido da “situação” no Executivo Federal. Estar inserido em uma determinada localização de classe na região Norte acarretou mudanças comportamentais eleitorais, se no período de 2006 os municípios que mais possuem indivíduos de classes destituídas foram os municípios que optaram pelo PT em demasia, para o ano de 2010 isto não ocorreu. Contudo, sendo factível uma análise futura para outras variáveis que mobilizaram o eleitorado nesses municípios à optar pelo partido da oposição.

Os municípios que apresentaram um grande percentual de classe trabalhadora foram os municípios em que o PT obteve mais votos nos anos de 2006 e 2010, sendo esse cluster de municípios com maiores indivíduos na classe trabalhadora no ano de 2002, o segundo cluster de municípios que mais votaram no PSDB. A teoria sociológica do voto a partir de um voto de classe capacita que a conjuntura social e política de um determinado país pode aferir resultados diferentes. É imprescindível analisar cada ano especificamente e não afirmar de forma casuística que apenas ser beneficiário de um programa social na região ocasionou uma vitória eleitoral de um partido. Embora, os programas sociais aplicados na região durante o período analisado tenham sido impactante.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. (2007). Discutindo o voto por valores e a racionalidade pragmática no comportamento político dos brasileiros em 2006. In: 31º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu.
- ARAÚJO, S. M. (2006). Ação coletiva: equívocos interpretativos. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, vol. 3, nº 1, p. 1-8.
- BAERT, P. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 12, nº 35, out.
- BARBALET, J. M. (1992). Class and Rationality: Olson's Critique of Marx. Science and Society. New York, vol. 55, nº 4, p. 446-468.
- BRASIL. (2018). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome– MDS. Disponível em: [www.mds.gov.br/bolsafamilia](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia). Acesso em: 17 de nov. 2018
- CASTRO, M. M. M. (2002). Sujeito e estrutura no comportamento eleitoral. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 7, nº 20, p. 7-19.
- CEM. (2013). Centro de Estudos da Metrópole. Base de dados Censo 2000 e Censo 2010 (Microdados da Amostra) / Projeto Censo CEM – 50 Anos de dados. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/>>. Acesso em: 04 de dez. 2018.
- CHRISTIANO, L. (2010). A escolha racional e suas convergências sociológicas nas ciências econômicas e políticas. Em Tese, Florianópolis, vol. 7, nº 2, p. 1-17.
- COSTA, M. (2009). Norteando o voto: o impacto do programa bolsa família no comportamento do eleitor do norte do Brasil. Belém. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Pará.
- DENTZIEN, P. A. S. (1987). Modelos de Sociedade e Escolha Racional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 2, p. 100-105.
- DOWNS, A. (1999). Uma Teoria Econômica da Democracia. São Paulo: Edusp.
- ELSTER, J. (1982). Marxism, Functionalism and Game Theory. The Case for Methodological Individualism. Theory and Society, Oslo, vol. 11, nº 4, p. 453-482, jul.
- Evans, G. (2000). The continued significance of class voting. Annual Review of Political Science, Oxford, vol. 3, p. 401-417, jan.
- FEREJOHN, J.; PASQUINO, P. (2001). A teoria da escolha racional na ciência política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 16, nº 45, p. 05-24, fev.
- FERRAZ, S. (2009). Voto e Classe: notas sobre alguns estudos recentes. Opinião Pública, Campinas, vol. 15, nº 2, p. 451-477, nov.
- FREIRE, A. (2011). Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica. Oeiras: Celta Editora.
- KING, G. (1997). A solution to the ecological inference problem: reconstructing individual behavior from aggregate data. Princeton: Princeton University Press.
- LASH, S.; URRY, J. (1984). The new marxism of collective action: a critical analysis. Sociology, Manchester, vol. 18, nº 1, p. 33-50, fev.



- LAZZARETTI, M. Â. (2014). Mancur Olson e a Lógica da Ação Coletiva aplicada ao MST. *Tempo da Ciência, Cascavel*, vol. 21, n° 41, p. 154-162, nov.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. (1992). Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores”, in Seymour Martin Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa: Gradiva, p. 161-259, fev.
- MANZA, J; HOUT, M.; BROOKS, C. (1995). The Democratic Class Struggle in the United States, 1948-1992. *American Sociological Review, Washington*, vol. 60, n° 6, p. 805-828, jun.
- MARX, K. (2011). *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- OLSON, M. (2011). *A lógica da ação coletiva*, São Paulo: Edusp.
- PRZEWORSKI, A. (1998). Marxismo e escolha racional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, vol. 3, n°6, fev.
- REIS, F. W. (2009). *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- RIBEIRO, G. C. de M. (2014). *Classes sociais e eleições presidenciais no Brasil contemporâneo (2002-2010)*. Natal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- ROEMER, J. (1978). Neoclassicism, Marxism, and Collective Action. *Journal of Economic Issues, United Kingdom*, vol. 12, n° 1, p. 147-161.
- ROEMER, J. (1989). O marxismo da “escolha racional”: algumas questões de método e conteúdo. *Lua Nova, São Paulo*, n° 19, p. 23-36, jul.
- ROEMER, J. (1982). Methodological Individualism and Deductive Marxism. *Theory and Society, Oslo*, vol. 11, n° 2, p. 513–520.
- SABIA, D. (1988). Rationality, Collective Action, and Karl Marx. *American Journal of Political Science, Bloomington*, vol. 32, n°1, p. 50-71, fev.
- SANTOS, J. A. F. (2010). Comprehending the class structure specificity in Brazil. *South African Review of Sociology, Pretoria*, vol. 41, n° 3, p. 463-479, jan.
- SANTOS, J. A. F. (2005). Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo*, vol. 20, n° 58, p. 27-45, ago.
- SINGER, A. (2012). *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHEEFFER, F. (2013). Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus? Em *Tese, Florianópolis*, vol. 10, n° 1, p. 28-43, jun.
- SOUZA, C. (2006). Políticas públicas: Uma revisão da literatura. *Sociologias, Porto Alegre*, vol. 8, n° 16, p. 20-45.
- TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. (2018). Repositório de dados eleitorais. Disponível em: <[www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais](http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais)>. Acesso em: 08 de dez. de 2018.
- WRIGHT, E. (1985). *Classes*. Londres: Verso.
- WRIGHT, E. O. (2015). Análise de classes. *Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília*, vol. 1, n° 17, p. 121-163, ago.

**Recebido em 16/10/2019**  
**Aprovado em 25/11/2019**

## **SOBRE OS AUTORES**

**Marcos Felipe Rodrigues de Sousa** é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Bolsista CAPES. E-mail: marcos.csociais@gmail.com

**Suziany de Oliveira Portéglio** é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Bolsista CAPES. E-mail: suziporteglio@gmail.com.

**Gustavo César de Macêdo Ribeiro** é doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (Faculdade de Ciências Sociais e Pós-Graduação em Ciência Política). E-mail: gustavo.cmr@gmail.com.

---

**Abstract:** Considering a set of public policies as an explanatory variable in dialogue with rational theory and a sociological perspective of voting, we will investigate whether the northern municipalities with the highest rates of beneficiaries of social programs were consecutive of a high vote in the presidential ruling party in 2002-2010. In 2002 at the Brazilian Social Democracy Party (PSDB), in 2006 and 2010 to the Workers Party (PT). To obtain the empirical results, we used a descriptive analysis of the second round of presidential elections through data from Ribeiro (2014), 2010 Population Census and the repository of the Superior Electoral Court. We will use a typology of social classes to ascertain the impact of vote and class cleavage in these municipalities. Although the results are not significant in the electoral behavior of individuals, the municipalities that received the most benefits from social programs had high rates of votes in the ruling party of the federal executive. However, it is concluded that just the definition of a specific social program by a clientelistic character or just a categorization of the economic rationality of the vote delegitimizes the social and historical characteristics of the voters, such as their belonging to a particular social class. The political and social context of this period led to variations in voting rates.

**Keywords:** Electoral Behavior; Rational Vote Theory; Public policy; Presidential elections; Vote and Class.

**Resumen:** Considerando un conjunto de políticas públicas como variable explicativa en diálogo con la teoría racional y una perspectiva sociológica de voto, investigaremos se los municipios del norte con mayores índices de beneficiarios de programas sociales fueron consecutivos de una alta votación en el partido gubernista presidencial entre los años de 2002 a 2010. En 2002 en el Partido de la Social Democracia Brasileña (PSDB), en 2006 y 2010 al Partido de los trabajadores (PT). Para obtención de los resultados empíricos, empleamos una analice descriptiva al segundo turno de las elecciones presidenciales por intermedio de datos de la pesquisa de Ribeiro (2014), Censo Demográfico de 2010 y del repositorio del Tribunal Superior Electoral. Hemos hecho el uso de una tipología de clase sociales para averiguar el impacto del clivaje voto y clase en estos municipios. Aunque que los resultados no sean significativos del comportamiento electoral de los individuos, los municipios que más recibieron beneficios de programas sociales presentaron grandes índices de votos en el partido gubernamental del ejecutivo federal. Todavía concluyese que, apenas la definición de un programa social en específico por un carácter clientelista o por apenas una categorización de racionalidad económica del voto, deslegitima características sociales y históricas de los electores, como su pertenecimiento a una determinada clase social. El contexto político y social de esto periodo proporcionó variaciones en los índices de votos.

**Palabras clave:** Comportamiento Electoral; Teoría Relacional del voto; Políticas Publicas; Elecciones Presidenciales; Voto y Clase.